

SUMÁRIO

CRIAÇÃO DOS REGIONAIS E DO CFC	9
CONSTITUIÇÃO E FINALIDADES	9
ESTRUTURA DO CRCRS	10
ATIVIDADES	13
1. Fiscalização da profissão	13
2. Registro de novos profissionais e cadastramento de escritórios	15
3. Bibliotecas	15
4. Cursos - Aulas - Palestras	16
5. Delegacias Regionais	17
6. Escritórios Regionais	17
7. Seminários	17
8. Convenções de Contabilidade	18
9. Videoteca	18
10. Edição de livros	18
11. Boletim	19
12. Revista técnico-contábil	20
ÁREA DE REGISTROS DO CRCRS	21
1. Definições	21
2. Cadastramento de escritórios	21
3. Documentação para instrução de pedidos no Departamento de Registro	22
DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO FISCALIZADORA DO CRCRS	23
PRINCIPAIS INFRAÇÕES A DISPOSITIVOS DA NOSSA LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	27
1. Exercício de atividades contábeis sem registro no CRCRS	27
2. Exercício de atividades contábeis com registro provisório vencido	27
3. Exercício de atividades contábeis sem a efetivação de transferência de registro para a jurisdição do CRCRS	28
4. Exercício de atividades contábeis sem registro secundário no CRCRS	28
5. Exercício de atividades privativas de Contador por Técnico em Contabilidade	28

6. Exercício de atividades contábeis por profissionais de outras profissões	29
7. Omissão de categoria profissional e/ou número de registro	29
8. Falta de registro cadastral de organizações de serviços contábeis	30
9. Falta de registro cadastral de empresas que executam contabilidade por meio da computação eletrônica de dados	30
10. Deixar de pagar a anuidade e/ou multa nos prazos estipulados	31
11. Elaboração de Demonstrações Contábeis em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade	31
12. Falta de alteração de elementos cadastrais	36
13. Assumir ou deixar a responsabilidade técnica de empresas contábeis, sem a necessária comunicação ao CRCRS	36
14. Incapacidade técnica	37
15. Falsificação de documentos, adulterações de guias e apropriação indébita de valores, praticadas no sentido de fraudar as rendas públicas	37
16. Não manifestação de impedimento para o exercício da profissão	37
17. Descumprimento de determinação expressa do CRCRS	38
18. Anúncios	38
19. Quebra de sigilo profissional	38
20. Acobertamento profissional a leigos	38
21. Aviltamento de honorários e concorrência desleal	38
22. Nulidade de auditoria externa	39
23. Fornecimento da DECORE sem respaldo em documentação hábil e legal	40
DECRETO-LEI Nº 9.295, de 27 de maio de 1946. <i>Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências</i>	41
DECRETO-LEI Nº 968, de 13 de outubro de 1969. <i>Dispõe sobre o exercício da supervisão ministerial relativamente às entidades incumbidas da fiscalização do exercício de profissões liberais</i>	52
DECRETO-LEI Nº 1.040, de 21 de outubro de 1969. <i>Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências</i>	53

LEI Nº 6.206, de 7 de maio de 1975. <i>Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional, e dá outras providências</i>	56
LEI Nº 6.838, de 29 de outubro de 1980. <i>Dispõe sobre o prazo prescricional para a punibilidade de profissional liberal, por falta sujeita a processo disciplinar, a ser aplicada por órgão competente</i>	57
LEI Nº 6.839, de 30 de outubro de 1980. <i>Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões</i>	58
LEI Nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Artigo 58	59
DECRETO Nº 37.699, de 26 de agosto de 1997. <i>Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (RICMS). Artigo 146</i>	61
LEI Nº 8.118, de 05 de janeiro de 1998. <i>Cria o Balanço Social das Empresas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências</i>	63
DECRETO Nº 12.302, de 09 de abril de 1999. <i>Regulamenta a Lei nº 8.118-98, alterada pela Lei nº 8.197-98, que cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências</i>	65
RESOLUÇÃO CFC Nº 94, de 04 de janeiro de 1958. <i>Declara atividade privativa dos contabilistas a escrituração dos livros fiscais e revoga a Resolução CFC nº 36-48</i>	67
RESOLUÇÃO CFC Nº 110, de 19 de março de 1959. <i>Aplicação de penalidades de que trata a letra "b" do artigo 27 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27-05-1946, por infringência do parágrafo único do artigo 20 do mesmo diploma legal</i>	69
RESOLUÇÃO CFC Nº 239, de 28 de novembro de 1968. <i>Dispensa reconhecimento de firmas em documento</i>	70
RESOLUÇÃO CFC Nº 273, de 26 de junho de 1970. <i>Dispõe sobre o processo e julgamento das penalidades administrativas</i> ...	71
RESOLUÇÃO CFC Nº 495, de 8 de setembro de 1979. <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de qualificação do Contador que, no exercício das funções de auditor, compareça à Assembléia Geral e às reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das Sociedades Anônimas</i>	76

RESOLUÇÃO CFC Nº 496, de 5 de outubro de 1979. <i>Dispõe sobre o Registro Profissional dos Contabilistas, Registro Cadastral dos Escritórios e Expedição de Documentos de Identidade Profissional</i>	77
RESOLUÇÃO CFC Nº 560, de 28 de outubro de 1983. <i>Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946</i>	90
RESOLUÇÃO CFC Nº 614, de 17 de dezembro de 1985. <i>Dispõe sobre o preenchimento, a análise, conferência e revisão da declaração de dados informativos necessários à apuração dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICM</i>	99
RESOLUÇÃO CFC Nº 646, de 02 de fevereiro de 1989. <i>Dispõe sobre a reincidência</i>	100
RESOLUÇÃO CFC Nº 648, de 21 de abril de 1989. <i>Dispõe sobre a participação do estudante de Ciências Contábeis em trabalhos de auditoria</i>	101
RESOLUÇÃO CFC Nº 650, de 30 de junho de 1989. <i>Dispõe sobre a participação do estudante do curso Técnico de Contabilidade em trabalhos auxiliares da profissão</i>	103
RESOLUÇÃO CFC Nº 721, de 24 de outubro de 1991. <i>Dispõe sobre a isenção do pagamento da anuidade ao profissional com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos</i>	105
RESOLUÇÃO CFC Nº 748, de 30 de agosto de 1993. <i>Dispõe sobre a impressão da Carteira Profissional de Contabilista e dá outras providências</i>	106
RESOLUÇÃO CFC Nº 766, de 29 de julho de 1994. <i>Dispõe sobre a declaração comprobatória de percepção de rendimentos</i>	108
RESOLUÇÃO CFC Nº 782, de 05 de maio de 1995. <i>Dispõe sobre o arquivamento de atestados em Conselho Regional de Contabilidade para fins de licitação</i>	112
RESOLUÇÃO CFC Nº 803, de 10 de outubro de 1996. <i>Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC</i>	114
RESOLUÇÃO CFC Nº 814, de 25 de julho de 1997. <i>Constitui infração ao Decreto-Lei nº 9.295-46 a inadimplência de Contabilista para com o Conselho Regional de Contabilidade</i>	122
RESOLUÇÃO CFC Nº 819, de 20 de novembro de 1997. <i>Restabelece o instituto do recurso “ex officio” na área do processo</i>	

<i>ético. Altera o § 2º, do art. 13, do CEPC. Revoga a Resolução CFC nº 677-90 e dá outras providências</i>	123
RESOLUÇÃO CFC Nº 825, de 30 de junho de 1998. <i>Estatuto dos Conselhos de Contabilidade</i>	126
SÚMULAS DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE	144
RESOLUÇÃO CRCRS Nº 265, de 25 de novembro de 1988. <i>Assigura direito de sustentação oral de recurso interposto e dá outras providências</i>	146
RESOLUÇÃO CRCRS Nº 314, de 16 de junho de 1994. <i>Institui a Ouvidoria do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul</i>	148
RESOLUÇÃO CRCRS Nº 336, de 19 de dezembro de 1996. <i>Dispõe sobre o registro cadastral dos escritórios individuais de contabilidade</i>	150
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. RESOLUÇÃO Nº 518, de 26 de agosto de 1998	153
JURAMENTO DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS ..	158
JURAMENTO DO TÉCNICO EM CONTABILIDADE	158
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL	159
REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DE ÉTICA DO RIO GRANDE DO SUL	178
RELAÇÃO DAS FACULDADES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO RIO GRANDE DO SUL	181
RELAÇÃO DAS DELEGACIAS E ESCRITÓRIOS REGIONAIS DE REPRESENTAÇÃO DO CRCRS	189
RELAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE CONTABILIDADE	205